



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 22/2025/GPYFM

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, apresentado pela Procuradora de Contas signatária, no uso de suas atribuições legais conferidas no artigo 129 da Constituição Federal e nos artigos 80 e 83 da Lei Complementar Estadual nº 154/1996;

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, da Constituição Federal o qual preconiza que o “*Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*”;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 80 da Lei Complementar Estadual 154/1996, que estabelece competir ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, em sua missão institucional, a guarda da lei e fiscalização da Fazenda Pública, promovendo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos e coletivos, além de outras estabelecidas no ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, parágrafo único, item IV, da Lei 8.625/1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e que, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e das famílias;

CONSIDERANDO que, nos termos do §2º do art. 211 da Constituição Federal, compete aos Municípios, no âmbito do regime de colaboração federativa, concentrar suas ações educacionais prioritariamente na oferta do ensino fundamental e da educação infantil, assegurando a organização e o funcionamento de seus sistemas de ensino com vistas à garantia do direito à educação básica de qualidade;

CONSIDERANDO que o art. 30, VI da CF/88 estabelece como competência de o Município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que a educação de qualidade é um conceito multifacetado que envolve diversos aspectos, como infraestrutura escolar, formação dos professores, currículo, métodos de ensino, e a participação da comunidade escolar. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a qualidade da educação pode ser definida, também, pela capacidade de promover o desenvolvimento integral dos alunos, considerando suas necessidades cognitivas, emocionais e sociais^[1];

CONSIDERANDO que a proficiência é o nível de conhecimento e habilidades que os alunos devem adquirir em determinadas áreas do conhecimento, como matemática, leitura e ciências e que a proficiência é frequentemente medida por meio de avaliações padronizadas que ajudam a identificar o desempenho dos alunos e a eficácia dos métodos de ensino[2].

CONSIDERANDO que segundo estudos a alfabetização adequada reduz abandono, evasão e a distorção idade-série. E que habilidades cognitivas adquiridas precocemente, como a alfabetização, são essenciais para o desenvolvimento educacional, repercutindo em melhores resultados educacionais e uma vida econômica mais produtiva.

CONSIDERANDO o teor da Lei 14.113/2020 [3] que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização de Profissionais de Educação (Fundeb) e que o art. 14, dispõe que a complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º da lei.

CONSIDERANDO que dentre as Condicionalidades do VAAR, consta a disposta no inciso III [4] do art. 14 da Lei 14.113/2020, que exige a redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais de do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades;

CONSIDERANDO que o município de **Theobroma**[5], consta na lista das *Redes de ensino inabilitadas à complementação VAAR do Fundeb 2025*, publicada no site do Fundeb e atualizada em 22/01/2025[6], *pelo não cumprimento de condicionalidade prevista no art. 14, § 1º, inciso III Lei nº 14.113/2020, pela não redução das desigualdades*, educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades;

CONSIDERANDO que a não redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais evidencia a necessidade de ações pedagógicas específicas voltadas à equidade, especialmente no enfrentamento das desigualdades raciais e socioeconômicas, e étnicas.

CONSIDERANDO os resultados das Avaliações de Aprendizagem (SAERO) demonstram que, não obstante **Theobroma tenha apresentado em 2024 índices de desempenho superiores à média das redes municipais em Rondônia** (60% em Língua Portuguesa e 63% em Matemática), e que tenha revelado **evolução no desempenho**, comparando com os dados de 2023, passando de **56.0%** para **73.8%** de estudantes do 2.º ano com desempenho adequado em Língua Portuguesa, e em matemática, saindo de **56.0%** para **83.3%**, percentual significativo de alunos apresentaram desempenho básico e a melhoria da aprendizagem não resultou na redução das desigualdades sócio econômicas e étnicas;

CONSIDERANDO, portanto, a evidente necessidade de desenvolver estratégias específicas para recomposição da aprendizagem e programa de reforço específico com foco em estudantes com baixo desempenho educacional buscando garantir que todos os estudantes de **Theobroma** tenham educação de qualidade, proporcionando habilidades para desenvolvimento contínuo, reduzindo desigualdades e fortalecendo a equidade no ensino.

RESOLVE expedir a presente **NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA** ao Senhor **GILLIARD DOS SANTOS GOMES**- Prefeito e a Senhora **FRANCIELI DE CASTRO SILVA** Secretária Municipal de Educação de **Theobroma** para que:

1. DESENVOLVAM AÇÕES ESTRATÉGICAS visando:

1.1. mapeamento e acompanhamento individualizado dos alunos com baixo rendimento escolar;

1.2. A recomposição da aprendizagem, com foco em estudantes com baixo desempenho educacional, que culminem na redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais (art. 14, § 1º, III da Lei 14.113/20), objetivando garantir equidade e proporcionando a todos os alunos da rede municipal de **Theobroma** educação com qualidade;

1.3. A implementação de programas de reforço escolar para garantir avanços consistentes e sustentáveis na aprendizagem;

2. no prazo de 20 (vinte) dias, apresentem **Plano de Ação**, contendo o detalhamento das ações, dos responsáveis e prazos, visando observar as medidas recomendadas no item 1 desta notificação;

3. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apresentem Relatório de Execução do Plano de Ação, acompanhado de documentação comprobatória das ações executadas com respectivos percentuais de cumprimento até a concretização de todas as ações previstas

Para fins de resposta, comunico que poderá ser utilizado o Sistema Portal do Cidadão, por meio do campo "Encaminha Documentos", mencionando-se expressamente referência ao **SEI nº 005247/2025**, bem como o e-mail: gpyfm@mpc.ro.gov.br.

ADVERTE-SE, por fim, de que o não atendimento injustificado desta Notificação Recomendatória ou justificativa sem fundamento técnico, comprovadamente idôneo, poderá ensejar ações visando a responsabilização dos gestores e/ou responsáveis.

É pelo que se notifica e recomenda, por ora.

Publique-se,

Porto Velho, 16 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)

YVONETE FONTINELLE DE MELO

Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia

Mat. 297

[1] Disponível em: <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISCUSS%c3%83O-N%c2%ba-24.pdf>

[2] Disponível em: <https://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3848/3539>.

[3] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm

[4] III - redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades

[6] <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/2025-1/RedesinabilitadaspormotivoVAARFundeb2025.pdf/view>



Documento assinado eletronicamente por **YVONETE FONTINELLE DE MELO, Procurador(a) do Ministério Público de Contas**, em 17/07/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **0898896** e o código CRC **D3E03681**.

Referência: Processo nº 005247/2025

SEI nº 0898896

Av. Presidente Dutra, 4229 - Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Fone (69) 3609-6318 / 6319
www.mpc.ro.gov.br